



ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Aos vinte e três dias de setembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a sexta sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves, o vice-presidente Maurício Saldanha Motta e os conselheiros: Hélio Vargas Chaves de Souza (Docentes de Ensino Básico e Técnico), Rosane Chaves Gaspar e Leila Marques da Silva (Técnicos Administrativos), Vânia Costa Correa (FAERJ), Jurandyr Machado (Ex-alunos), Miriam Carmem M. da Nobrega Pacheco (Docente Ensino Superior), Maria Renilda Barreto (Docente do Ensino Médio e Técnico), Rafael Barreto Almada (MEC) e Marilda Pimenta Melo (FIRJAN). O conselheiro Cauby Sampaio do Monte justificou ausência junto à secretaria do CODIR. No Expediente Inicial, o Sr. Presidente levou à apreciação dos conselheiros a ata da 5ª sessão ordinária de 2014, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, deu início à Ordem do Dia, item 2.1 PPC Mecatrônica, concedendo a palavra ao convidado Pedro Pacheco, que falou sobre o projeto, ressaltando que o mesmo já havia sido aprovado no COPEP e no CEPE. A conselheira Marilda Melo perguntou qual critério havia sido utilizado para definir o número de vagas. O convidado Pedro Pacheco, Diretor da DIPPG respondeu que o curso demandaria a utilização de laboratório, o que seria um requisito. O convidado ressaltou que a proposta era uma primeira versão, podendo ser alterada futuramente, caso necessário. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item 2.2 Acompanhamento de desempenho discente (CAAD), o Sr. Presidente concedeu a palavra ao convidado Eduardo Bezerra, que fez a apresentação do projeto aos conselheiros. O convidado apresentou também os critérios da fase de transição, específicos para os alunos que já estavam em fase de cancelamento de matrícula. Explicou que tais regras entrariam em vigor no primeiro semestre de 2017. O Sr. Presidente ressaltou que a proposta era específica para os alunos de graduação. Como não houve questionamentos, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Seguindo para o item 2.3 PDI, o Sr. Presidente apresentou a nova diretora da DIGES, a Prof. Úrsula Maruyama e seu suplente, o Prof. Alexandre Barbosa Marques. Explicou que o PDI era uma responsabilidade da DIGES e justificou que o Prof. Marcelo Maciel, ex diretor da DIGES e que acompanhou todo o processo de elaboração do PDI, não pode comparecer, pois estava recebendo cuidados médicos. Lembrou que o PDI começou a ser elaborado antes do prazo de término do anterior, quando houve uma série de modificações sugeridas pelo MEC, as quais a DIGES decidiu adotar. Explicou que a DIGES visitou todos os campi do CEFET/RJ para que os mesmos dessem suas contribuições. Porém, quando estavam prestes a colocar o PDI em aprovação, houve processo eleitoral para Direção geral e a ADCEFET/RJ solicitou maior prazo para análise e contribuições. Desta forma, decidiu-se adiar a apresentação do PDI ao conselho e abriram prazo para sugestões, porém, dentro do prazo estipulado, a ADCEFET não enviou nenhuma contribuição. Deste modo foi decidido fechar o documento com o material que já tinham. Observou as diferenças entre o PDI em análise e o anterior foram as regras colocadas pelo MEC. Colocou em discussão. A conselheira Rosane observou que o CODIR estava aparecendo como órgão deliberativo (item 1.2.1), faltando o termo "consultivo". Observou também que no organograma, o CODIR aparecia abaixo da Direção Geral e solicitou a devida correção colocando-o acima. O conselheiro Hélio Vargas sugeriu que no ofício de encaminhamento ao MEC fosse explicada a razão do atraso da entrega do PDI. A conselheira Maria Renilda perguntou se a atual situação econômica poderia comprometer algumas das ações previstas no PDI. O Sr. Presidente declarou que fazer tal análise seria prematuro. Disse que poderia ocorrer um novo estudo de plano pedagógico para

6



50 ensino médio e técnico, mais relacionado a espaço. Explicou que o PDI determina aonde a instituição pretende chegar até 2019, falando mais de percentual. A conselheira Maria Renilda observou que o PDI foi pensado num momento de expansão, mas agora estavam ocorrendo vários cortes. O Sr. Presidente explicou que a instituição não teria maiores condições de crescimento até 2019, por isso, a pretensão é consolidar tudo que já expandiu na gestão anterior. Declarou também que o documento expressa realmente aonde a instituição quer chegar, sendo quase tudo atingível. O conselheiro Rafael Almada observou que o horizonte que a instituição vislumbra pode não ocorrer, devido ao cenário de retrocesso que se apresenta. Apontou a necessidade de muita discussão para enfrentar tais obstáculos. O Sr. Presidente garantiu que o PDI estava muito bem amarrado, não havendo possibilidade de encolhimento. Aproveitou a oportunidade para informar que a instituição havia conseguido quitar todos os seus débitos, sendo uma das únicas do Brasil em tais condições financeiras. O conselheiro Hélio Vargas observou que o PPI 2010, mencionado no PDI, não havia sido homologado pelo CODIR, apenas pelo CEPE. Perguntou se o PPI já havia sido refeito. O Sr. Presidente explicou que o PPI era discutido no CONEN e ainda estava em vigor. O conselheiro Mauricio Motta complementou que o PPI era algo mais conceitual, não sendo necessária a renovação de 4 em 4 anos, como o PDI. O conselheiro Hélio solicitou que a sigla CONSEP fosse atualizada para CONDMET. O conselheiro Rafael Almada sugeriu que o PDI fosse amplamente divulgado na instituição. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item **2.4 Processos de desfazimento de bens, campus Maracanã (n. 23063.003760/2015-96,)**, o Sr. Presidente corrigiu a matéria do item, esclarecendo que se tratava de uma incorporação de bens, oriundos de financiamento de pesquisa de docente e colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou em discussão o item **2.7 Processos de desfazimento de bens (n. 23063.001499/2016-74; 23063.001363/2016-37 e 23063.001616/2016-88)**, solicitando autorização para publicação de edital de doação, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao item **2.6 Vestibular CECIERJ/CEDERJ (Portaria n. 1041/2016)**, o Sr. Presidente explicou que havia expedido uma portaria "ad referendum", mantendo o mesmo número de vagas ofertadas nos vestibulares anteriores para EaD. Colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao Expediente Final, item **3.1 Assuntos Diversos**, o Sr. Presidente lembrou que o mandato das conselheiras Rosane Gaspar e Leila Marques, representantes dos técnicos administrativos, estava chegando ao término e informou que em breve dispararia processo eleitoral, tanto para representantes dos técnicos administrativos, quanto para os representantes dos discentes, uma vez que estas cadeiras encontram-se vagas. Divulgou que naquele momento estava ocorrendo debate entre os candidatos a Prefeitura do RJ no Auditório I. O Prof. José Cláudio divulgou que 7 alunos do CEFET/RJ haviam sido premiados na Olimpíada de Matemática e estavam tentando arrecadar fundos para participarem da olimpíada internacional na Índia. Contou que os alunos participaram do Bom Dia Rio, da TV Globo, e esclareceu que, diferente do que foi divulgado no programa, a instituição não pode patrociná-los por conta de seus limites orçamentários e questões legais. Mas opinou que os alunos mereciam uma moção. Complementando, o Sr. Presidente esclareceu que ao longo do ano, alguns professores promovem ações individuais de levarem alunos para competições, sem dar qualquer satisfação à instituição. Porém, quando os alunos ganham, solicitam orçamento para Direção Geral, que não pode dispor do mesmo sem um planejamento. Disse também que no caso dos alunos mencionados pelo Prof. Luiz Cláudio, a instituição teria que arcar com R\$ 70.000,00, sem nenhum planejamento anterior e em cima do prazo, o que era inviável. O Prof. Luis Claudio lembrou que em 2017 a instituição faria 100 anos. O Sr. Presidente informou que já estavam fazendo planejamento de tal comemoração e fez uma breve retrospectiva do CEFET/RJ, ressaltando o quando o mesmo vinha se desenvolvendo ao longo dos anos. Para fechar, o Sr.



95 Presidente informou que havia participado de duas feiras internacionais, que resultaram em vários acordos. Disse que em breve faria a divulgação dos mesmos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.

100

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luciana Carvalho de Oliveira', written in a cursive style.